

APRESENTAÇÃO DOSSIÊ

ENSINO, GÊNERO E SEXUALIDADE

Cintia Lima Crescêncio¹

Lorena Zomer²

No dossiê Ensino, Gênero e Sexualidades, reunimos trabalhos que discutem questões de gênero e sexualidade a partir dos mais recentes debates epistemológicos que permitem a reflexão sobre a relação entre feminilidades, masculinidades, diversidade sexual e ensino. Privilegiando estudos que se dedicam a pensar a importância das discussões sobre gênero e sexualidade no espaço escolar, nos currículos, nos materiais didáticos, nas legislações e nas políticas públicas para a educação, por entender que esta iniciativa é passo fundamental no combate a violências de gênero e contra populações LGBTQIAP+ na escola e fora dela, agrupamos pesquisas, relatos de experiência e revisões bibliográficas sobre ensino, gênero e sexualidade com perspectiva interdisciplinar. O expressivo número de textos recebidos e avaliados indica a fertilidade do campo e, também, o permanente compromisso que o ensino assume com uma educação para transgredir e subverter. Os artigos que integram este dossiê mostram-nos que no passado e no presente a escola é lugar de reflexão, crítica e compromisso com a justiça.

Nesse sentido, apresentamos os textos contextualizando as lutas empreendidas pela educação, pelo ensino e pela escola ao longo do tempo, batalhas que nos touxeram até aqui, momento de perseguição aos estudos de gênero e sexualidade, mas também de fortalecimento de iniciativas que querem construir um futuro comprometido com os direitos humanos e com os debates em torno das identidades como questão política que tem como palco a escola.

Angela Davis (2016), no livro “Mulheres, Raça e Classe”, destaca que no final do século XVIII, mesmo com legislação que proibia o ensino para pessoas negras, o conhecimento era visto como forma de emancipação. De acordo com a autora, Frederick

¹ Universidade Federal do ABC. E-mail: cintia.lima@ufabc.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-2992-9417>

² Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: lorenaazomer@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-3435-6756>

Douglas, importante abolicionista, afirmava que a escola tornava uma pessoa inadequada para escravidão. Neste contexto, crianças negras estudavam escondidas e aprendiam a ler e a escrever. Antes da abolição, e depois, como afirma Davis, o ensino era prioridade para o povo negro, pois associavam a luta por conhecimento à luta por liberdade. Petições pediam o direito a frequentar escolas, mulheres negras livres professoras abriam escolas em suas próprias casas, inclusive escolas para formar professoras negras. Angela Davis descreve como, a partir de 1830, mulheres brancas engrossaram a luta. Para a autora, a educação teria sido a bandeira que mais permitiu a união entre mulheres brancas e negras, talvez pelas primeiras reconhecerem o papel da educação em suas vidas. Pós-emancipação, o desejo por escolas só se fortaleceu.

No mesmo período, no ano de 1792, Mary Wollstonecraft (2015) publicou a obra “Reivindicação dos Direitos da Mulher”. Apesar da publicação ter tido como palco a Inglaterra, a autora reivindicou vínculos com o pensamento da França revolucionária, com destaque especial para a Carta dos Direitos da Mulher e da Cidadã, escrita por Olympe de Gouges e amplamente divulgada no ano anterior. Maria Lygia Quartim de Moraes, no prefácio de recente edição do livro de Wollstonecraft, afirma que ambas simbolizam o começo da Idade Feminista. Se Olympe de Gouges denunciava abertamente o período revolucionário e a construção do pensamento moderno como momento de exclusão das mulheres, como afirma Joan Scott (2002) em “A Cidadã Paradoxal”, Mary Wollstonecraft foi mais pontual. Vale lembrar que a Carta dos Direitos do Homem e do Cidadão, produzida logo depois da Revolução Francesa, lançava a ideia de direitos universais e iguais, mas as mulheres, de acordo com Lynn Hunt (2009), permaneceram no limiar dessa “nova” era. Simpática à revolução, Wollstonecraft percebeu no lema da liberdade, igualdade e fraternidade, uma chave valiosa na reivindicação dos direitos das mulheres. Para ela a mudança para as mulheres viria através da educação, por meio de um ensino igualitário e público para meninos e meninas e foi em torno disso que sua militância forjou-se.

Em sua obra, Wollstonecraft (2015) denunciava os prejuízos do confinamento doméstico e da falta de ensino formal para as meninas, apontando como era ilógico que essa condição se mantivesse em momento de esclarecimento. Com experiência de militância no movimento abolicionista inglês, lugar de emergência da luta das mulheres tanto nos Estados Unidos quanto na Inglaterra, ela atribuía a suposta inferioridade feminina à educação débil das meninas. Baseada em princípios iluministas, Wollstonecraft

reivindicava a razão para denunciar os preconceitos e limites sociais impostos às mulheres. Educadas para agradar, para serem vaidosas e frívolas, com livros produzidos para as emburrer, as mulheres ficariam restritas às superficialidades e seriam incapazes de sair de sua menoridade, princípio básico do esclarecimento. Se ser mulher é ser tola, que as mulheres tornem-se mais masculinas, afirmava Wollstonecraft.

No final do século XVIII, a educação para as mulheres era considerada peça chave da emancipação, assim como para o povo negro, como narra Angela Davis, uma vez que os argumentos que negavam a elas direitos se pautavam na ideia de uma suposta natureza feminina que incluía o cultivo da emoção no lugar da razão. Gênero era operado como ficção que legitimava um ensino específico para as meninas, voltado para o casamento. Wollstonecraft via na educação uma forma de revolucionar os modos “femininos” e defendia um ensino igualitário para meninas e meninos, de modo que ambos pudessem se qualificar física e mentalmente e contribuir com a construção da nação.

A escola, no manifesto de Mary Wollstonecraft, e na narrativa de Angela Davis, emerge como lugar de conquista e acesso a direitos, para mulheres e para pessoas negras. O livro de Davis, especificamente, lança um olhar enviesado em que raça e gênero se atravessam e insinuam a possibilidade de uma educação outra, como insinua bell hooks (2013), em “Educação como Prática de Liberdade”. Se a escola foi projeto nacional, para grupos “excluídos”, ela poderia ser projeto libertador.

Ainda discutindo o contexto estadunidense, bell hooks destaca que durante o apartheid as escolas só para negros aliavam ensino à luta antirracista, em contexto que as mulheres negras tinham três perspectivas de vida: casar, trabalhar como empregada doméstica ou ser professora. Para professoras negras lecionar teria sido tarefa fundamentalmente política. O fim da segregação racial veio acompanhada de um violento processo de transição de escolas negras (e antirracistas) para escolas brancas (racistas, normatizadoras). bell hooks, como estudante da transição, narra o processo de esvaziamento político de seu ensino. Ela afirma que na escola negra aprendeu sobre educação como prática de liberdade, e na escola de brancos sobre educação para dominação. Conteúdos e conhecimentos compartilhados por professoras negras dialogavam diretamente com sua realidade de menina negra, enquanto a escola de brancos primava por um ensino para a obediência. A educação, o ensino e a escola residem, portanto, nesse local fronteiriço entre a normatização e a transgressão. Nasce como projeto

nacional, mas acompanhada de inegável potencial transformador, principalmente para grupos excluídos dos direitos humanos “inventados” desde o século XVIII. Negros(as), mulheres, indígenas, estrangeiros, população LGBTQIAP+, no passado e no presente, dão lições dos limites e do potencial de uma educação para a liberdade, que inclui um ensino politicamente informado e uma escola para a diversidade.

Pierre Bourdieu (1998), em texto clássico sobre a escola como lugar de conservação social, e não de transformação, aponta a escola como lugar de produção e difusão de mecanismos específicos que colaboram na eliminação de crianças menos favorecidas. O ensino pautado no rigor da língua, no conhecimento da arte, na apreciação da cultura letrada, para ele, é um ensino conservador. Para o autor, o componente de classe é elemento fundamental, uma vez que crianças com acesso a bens culturais são o desejo da escola, enquanto crianças pobres, sem esse acesso, são os “maus” alunos. Nesse sentido, o desejo de ascensão pela escola é horizonte sempre fora do alcance. A escola, então, sanciona desigualdades iniciais ao ignorar desigualdades reais por meio de seu currículo, de seus conteúdos e de seus mestres. Bourdieu fala-nos sobre classe, no entanto, esse debate cabe perfeitamente às categorias gênero e sexualidade.

A partir do cenário brasileiro, Luma de Andrade (2015) aponta a escola como lugar de expulsão e violência pedagógica para pessoas trans. Rogério Junqueira (2009) ressalta que a escola é orientada pela pedagogia do armário. Berenice Bento (2011) destaca a escola como guardiã das normas de gênero, local de (re)produção da norma e do fora da norma. A escola como projeto nacional, portanto, vive as agruras ofertadas pelo paradoxo do indivíduo moderno forjado desde o século XVIII. Racional, universal, branco, ocidental, masculino, incapaz de operar a partir da diferença de gênero, sexualidade, raça e classe que funda, mas também comprometido com ideias de liberdade, igualdade e universalidade. A expulsão sofrida por pessoas LGBTQIAP+ das escolas brasileiras hoje, talvez, configure-se como o motivo de luta que já mobilizou mulheres e pessoas negras no passado.

A expressão máxima do paradoxo moderno é, hoje, o debate sobre gênero, um dos grandes desafios ao ensino atualmente. Gênero é categoria política e historiográfica que questiona valores morais/religiosos que sustentam basicamente todo o conhecimento acumulado até hoje. Ao emergir como categoria analítica que exprime as relações sociais baseadas nos sexos através de relações de poder, como afirma Joan Scott (1995) em seu

texto fundador, gênero coloca em suspenso: a noção de natureza cuidadosamente construída pelo discurso ocidental ao longo dos séculos, o modelo tradicional de família que se funda na natureza e nos binarismos e o papel das mulheres no mundo. Gênero exige uma revisão epistemológica profunda que, obviamente, atravessa a escola e o ensino de todas as disciplinas, regras e normas do projeto nacional, imperial, global. Essa é uma explicação possível para o fato de uma categoria analítica, uma teoria, ou melhor várias, protagonizar embates em arenas políticas hoje.

De elaboração feminista para os gabinetes acadêmicos, gênero é hoje lido, por discursos conservadores e fundamentalistas religiosos, como ameaça às crianças. A escola é vista como palco principal desse pânico e a vigilância do ensino é entendida como estratégia crucial no monitoramento. Docentes são vistos como ameaça. O ensino é o alvo principal dos empreendimentos conservadores contra o debate sobre gênero na atualidade. Preocupados com as legislações e os materiais utilizados em salas de aulas, esses grupos procuram pautar a prática docente eliminando materiais didáticos considerados maléficos e produzindo legislação que invisibilize certos debates. Tudo regado a muita ameaça e vigilância nas salas de aula, garantindo sucesso no silenciamento que foi potencializado durante os dois anos de pandemia (2020-2022). Além das carências escancaradas pela necessidade de acesso à Internet e computadores em contexto de escolas fechadas, o “ensino remoto” aguçou olhos e ouvidos para o que falam ou não falam os(as) docentes. As universidades, por hora, têm saído relativamente ilesas desse processo que fincou raízes nas salas de aula de crianças e jovens. Se o combate ao gênero se fortaleceu, o campo de estudos de gênero e a disposição de professores e professoras em fazer da sala de aula e do ensino “lugares” de reflexão e construção de um mundo mais justo, também.

Gênero e ensino relacionados são, talvez, portadores dos maiores desafios contemporâneos da educação, já que protagonizam embate transnacional através do inimigo inventado “ideologia de gênero”. A escola segue como palco fundamental da cruzada em que gênero é visto como ameaça a conteúdos e conhecimentos estabelecidos desde o iluminismo e cultivados pelos Estados Nacionais. O questionamento de binarismos dados como naturais, que legitimam desigualdades, a exemplo de feminino/masculino, privado/público, doméstico/político, propiciados pela incorporação da categoria gênero ao ensino, é visto como ameaça, o que de fato é. Não se trata de provocação teórica ao campo da educação, trata-se de denúncia da necessidade de revisão do que sabemos sobre

biologia e história, sobre geografia e física, uma vez que a ciência não é neutra. Gênero questiona os modelos de educação, os conteúdos e conhecimentos do ensino, os currículos oficiais e ocultos da escola. Gênero é capaz de colocar como motor do conhecimento a dúvida e não a certeza que marca o pensamento moderno. Gênero coloca em cena o potencial conservador e transformador da educação, enquanto sublinha os efeitos que o ensino tem na formação das pessoas.

Joan Scott (2012) destaca como acreditava que a categoria gênero já havia cumprido sua função ao se deparar com uma campanha para proibir a circulação de materiais didáticos que falavam de identidade sexual, orientação sexual e identidade de gênero na França. Na época grupos católicos organizados exigiam o boicote aos materiais afirmando que as crianças estariam aprendendo teorias que iam contra a natureza biológica de homens e mulheres e, consequentemente, contra a família. A França protagonizou, ainda, movimentos de repúdio à Judith Butler, considerada a “papisa” do gênero no mundo. O argumento era que as crianças estavam sob ameaça. Atos de repúdio e violência à filósofa também foram praticados durante sua visita ao Brasil, em 2017. A América Latina vive movimento parecido ao francês.

Colômbia, Peru e Brasil figuram campanhas contra a “ideologia” acusada de ter por trás uma agenda obscura de pedofilia, homossexualidade e perversão sexual. Do Peru veio o slogan “com mi hijo no te metas” que tomou conta da América Latina nos últimos anos. A construção da pureza e ingenuidade da infância é elemento crucial e estratégia discursiva nessa cruzada que não nasceu no século XXI. Com protagonismo nessa cruzada, o Brasil merece destaque.

Sonia Correa (2018), na tentativa de mapear a história da perseguição ao gênero, constrói testemunho que remonta à década de 1990 para apontar como os primeiros sinais de rechaço teriam começado. A Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro, também conhecida como Eco 1992, segundo ela, teria sido um dos momentos já chaves, uma vez que não se fazia uso da expressão gênero, mas se combatiam pautas ligadas a ela, como saúde reprodutiva e planejamento familiar. Em 1994, a Conferência do Cairo fez uso do termo gênero em seus documentos, para referir-se a relações desiguais entre homens e mulheres, sem comoção. Entretanto, já na preparação da Conferência Mundial de Mulheres que aconteceu em 1995, em Pequim, o termo foi atacado com força. A teoria de Correa é que o movimento lésbico, ao questionar o termo e

vinculá-lo a agenda da sexualidade, provocou a Igreja que nos anos seguintes deu início a sua cruzada. Na preparação de Pequim, representante do Sudão, apoiado por Honduras, El Salvador e Nicarágua, pedia que a expressão gênero fosse apresentada entre colchetes. A Santa Sé, logo na sequência, endossou a relativização do termo, preocupada que ela pudesse ser formulada fora da identidade biológica. Na época, Correa conta que panfletos contra gênero foram produzidos por organização católica estadunidense. Tais panfletos foram distribuídos entre representantes do sul global, considerada região estratégica dessa produção teórica. O Vaticano teve vitória parcial. A expressão orientação sexual não foi apropriada a nenhum documento.

Já no final do século XX e início do século XXI, segundo a autora, na revisão dos efeitos das Conferências, gênero foi atacado e inventado como ameaça silenciosa à natureza e à família, mas a mobilização não teve efeitos práticos. Em 1997, foram publicados livros fundantes da cruzada antigênero, “Sal da Terra”, de Ratzinger, posterior Papa Bento XVI, e “Agenda de Gênero”, de Dale O’Leary (que anos antes produziu os panfletos antigênero). Nos últimos anos a campanha tem se fortalecido, com grande protagonismo do Vaticano que se preocupa com uma conspiração feminista global cujo palco principal é a América Latina, apesar das democracias europeias serem os exemplos de igualdade de gênero e sexualidade no mundo. A cruzada foi apropriada por grupos evangélicos fundamentalistas, especialmente no Brasil.

De acordo com Maria José Rosado Nunes (2015), gênero preocupa porque desestabiliza o binômio masculino/feminino e todos os binômios que dele se originam. Ao apontar as relações entre homens e mulheres como historicamente construídas, marcadas pela cultura e pelas relações de poder, gênero permite a reflexão sobre outros lugares possíveis para mulheres e homens, o que inclui considerar a diversidade sexual, algo inadmissível em um discurso moral/religioso que se funda na ideia de natureza feminina/masculina que origina a ideia tradicional de família. Gênero, como categoria histórica e política, coloca em suspenso, também, o regimento religioso de organização da família nuclear.

No Brasil, essa cruzada emergiu com força em 2011, momento de discussão do Plano Nacional de Educação e do Programa Brasil sem Homofobia. O Programa foi encerrado quando materiais que falavam sobre diversidade sexual foram denunciados por “apologia à homossexualidade” e militantes, educadoras e acadêmicas tiveram suas

reivindicações em torno do PNE, finalizado em 2015, rejeitadas. A meta de combate às desigualdades de gênero foi retirada do documento, ação que foi seguida por planos estaduais e municipais de educação. A cruzada saiu do domínio discursivo e afetou, a partir desse momento, o ensino. Nesse contexto o Movimento Escola Sem Partido, que até então se dedicava a combater o suposto comunismo difundido por docentes nas escolas, apropriou-se do tema da cruzada sob o argumento de que as crianças precisavam ser protegidas do comunismo e da “ideologia de gênero”. Para Maria José Rosado Nunes, gênero é considerado perigoso porque funda um indivíduo fora da lei e da moral religiosa (2015). Fernando Seffner (2016), com um olhar otimista, afirma que o avanço do debate sobre gênero e sexualidade é sinal de avanço da democracia e que, estrategicamente, é fundamental que essa articulação seja elaborada em tempos de conservadorismo e perseguição. Apesar do fundo religioso dessas disputas, é importante situar a escola nessa conjuntura, uma vez que ela não é lugar de pecado, mas sim de construção do anormal, como afirma Berenice Bento (2011).

Gênero e ensino, atualmente, são importantes agendas de militantes feministas, LGBTQIAP+ e da educação, uma vez que se assume a escola, e a educação como um todo, como forma privilegiada de construir um mundo outro, pautado em pluralidade e justiça. Se o projeto nacional via a escola, suas normas, conhecimentos e conteúdos, como forma de formar cidadãos republicanos, os bons cidadãos, no projeto feminista, LGBTQIAP+ e de militantes da educação, a escola é lugar de ensino politicamente informado, uma vez que ela não é extensão da família, e sim a entrada de crianças e jovens na vida pública. Como tal vê-se desafiada constantemente por identidades que escapam da norma.

A escola e o ensino podem afirmar-se como aliados da normalização, atendendo o chamado de suas origens, ou construir-se como lugar de emancipação, como desejavam as professoras negras que abriam escolas clandestinas durante o regime escravocrata estadunidense. Gênero, e por sua vez sexualidade, é categoria transversal a um projeto contemporâneo de pensar a escola como lugar de emancipação. Essa emancipação passa, definitivamente, pelo ensino, como nos mostraram estudantes de escolas ocupadas em Porto Alegre e São Paulo nos últimos anos.

Gênero, portanto, mais do que desafios, lança perspectivas ao ensino, já que propõe uma reflexão sobre conhecimentos e conteúdos. No caso do Brasil, mesmo diante da

supressão de expressões como gênero, desigualdades de gênero, orientação sexual e outras de planos nacionais, estaduais e municipais de educação, de editais para produção de livros didáticos, de parâmetros curriculares e legislação que regem conteúdos e conhecimentos a serem abordados no ensino fundamental e médio, o debate está posto e não parece haver possibilidade de voltar no tempo. Mesmo em cidades pequenas, do interior, distantes de grandes centros acadêmicos, como mostram alguns artigos que compõem este dossiê, professores e professoras são demandados(as) a pensar suas disciplinas e conteúdos a partir dos questionamentos de gênero elaborados pelos(as) próprios(as) estudantes. Mesmo sem ter tido contato com os estudos de gênero na universidade e sem saber exatamente o que é gênero teoricamente, docentes, em sua maioria, consideram importante o debate sobre gênero nas escolas, uma vez que as tensões de gênero habitam salas de aula, os refeitórios, os pátios, a sala de professores, as quadras esportivas, as relações na comunidade escolar. Berenice Bento (2011) identifica um saudável incômodo entre docentes de escolas.

Sem mudanças legislativas como a conquistada pelo movimento negro com a Lei 10.639/03, que tornou o ensino de história e cultura africana obrigatório nas escolas brasileiras, e consequentemente, obrigou os cursos de graduação a se adaptarem, os estudos de gênero ganham campo firmemente, com disciplinas eletivas, grandes eventos, revistas reconhecidas mundialmente e docentes/pesquisadoras que se proliferam pelo país. Tal cenário tem afetado, diretamente, o ensino no Brasil, uma vez que o acesso ao aparato teórico/metodológico da categoria gênero permite a construção de saberes docentes politicamente informados pelas reflexões sobre as relações desiguais entre homens e mulheres e sobre os aspectos culturais e históricos de feminilidades, masculinidades e de sexualidades. Em cenário de apagamento dos debates sobre gênero na legislação e nos documentos oficiais, a formação de docentes e a formação continuada de professores e professoras mostra-se como uma das perspectivas mais eficazes na promoção de uma discussão baseada no gênero. A universidade, portanto, tem função primordial nesse contexto de recuperação do gênero e do ensino como possibilidade de emancipação via educação. bell hooks (2013) aponta as salas de aula feministas como um dos lugares mais propícios à educação como prática de liberdade. A difusão do gênero e das discussões sobre sexualidade tem mostrado isso. E é neste contexto que a proposta deste dossiê foi construída.

Com artigos de norte a sul do país, centralizando debates sobre gênero e sexualidade, e com fundamentais recortes raciais, os textos que integram este dossiê demonstram a energia e a disposição de pesquisadores(as) e docentes(as) na reflexão sobre Ensino, Gênero e Sexualidade nas mais distintas áreas e em variados níveis de formação. Mais do que olhar para o passado e para o presente, os artigos selecionados para compôr o dossiê obrigam-nos a olhar para o futuro e, neste futuro, gênero e sexualidade, como questões para o ensino, comungam com uma visão de mundo justa e democrática.

Referências

- ANDRADE, Luma Oliveira de. **Travestis na escola:** assujeitamento e resistência à ordem normativa. 2015.
- BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 19(2): 548-559, maio-agosto/2011.
- BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 39-64.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- hooks, bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática de liberdade. São Paulo: Editora WMF Mantis Fontes, 2013.
- HUNT, Lynn. **A invenção dos Direitos Humanos:** uma história. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- JUNQUEIRA, Rogério. Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. **Espaco do Currículo**, v.2, Setembro de 2009 a Março de 2010. p. 208-230.
- NUNES, Maria José Rosado. A “ideologia de gênero” na discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 13, n. 39, p. 1237-1260, jul./set. 2015.
- SCOTT, Joan W. **Cidadã Paradoxal:** as feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.
- SCOTT, Joan W. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, p. 327-351, Dez. 2012.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, jul./dez, pp. 71-99, 1995.
- SEFFNER, Fernando. Atravessamentos de gênero, sexualidade e educação: tempos difíceis e novas arenas políticas. Trabalho encomendado. **XI ANPED SUL**, 2016. 17p.



WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos Direitos da Mulher.** São Paulo: Boitempo, 2015.